

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para questões de 01 a 03

Crise climática já condena uma geração inteira a nascer e viver sob condições de calor sem precedentes

No ano em que o Acordo de Paris completa 10 anos, é importante entender quais são suas metas de longo prazo e o que elas significam para esta e para as próximas gerações. A geração que fatalmente viverá suas vidas inteiras dentro deste período de calor sem precedentes na história da humanidade já tem nome: “Geração *Overshoot*”.

Para tentar garantir o sucesso do Acordo de Paris, esta geração terá a árdua missão de remover da atmosfera uma enorme quantidade de GEE (Gases do Efeito Estufa). Ainda não é claro, porém, se tecnologias para remoção de GEE existirão na escala necessária para que essa geração possa evitar um colapso climático ao final deste século.

Nessa incerteza quanto ao futuro, o conflito entre os interesses da geração atual e os interesses da geração *overshoot* é um tema que merecerá mais discussão nos próximos anos e décadas. Em um cenário otimista, se as metas do Acordo de Paris forem cumpridas, a crise climática terá sido resolvida ao final do século 21. Até lá, porém, a crise deve se agravar em meados deste século, quando muito provavelmente ocorrerá um período de “*overshoot*” (do inglês, ultrapassar). Durante esse período, a temperatura média do planeta deverá estar acima da meta proposta pelo Acordo.

O Acordo de Paris, firmado em 2015, não estabeleceu um prazo concreto para o cumprimento das metas previstas no Artigo 2, que trata de um limite aceitável para o aquecimento global: “Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima”.

A comunidade científica, de modo geral, entende que o Acordo de Paris estipula metas para serem cumpridas até o final do século 21. Existem duas razões para visarmos um marco temporal aparentemente tão distante como esse.

A primeira é uma restrição imposta pelo sistema climático do planeta: quanto mais GEE são emitidos (especialmente o CO₂), mais a temperatura média global se eleva. Uma redução imediata das emissões de GEE, porém, não seria acompanhada de um declínio imediato da temperatura média global.

A segunda razão é uma restrição imposta por princípios de justiça. O Acordo de Paris assumiu que os países mais pobres não poderiam reduzir imediatamente as suas respectivas emissões sem comprometer o próprio desenvolvimento e a perspectiva de erradicação da pobreza. Assim, o Acordo de Paris estipulou também, no Artigo 4, que cada país poderia continuar emitindo GEE até que suas respectivas emissões atinjam, o quanto antes, um pico.

O problema, porém, é que o Acordo de Paris não estipula nenhuma “trajetória” (*pathway*) específica para o cumprimento das metas de longo prazo. Existe uma infinidade de trajetórias compatíveis com essas metas.

O melhor dos mundos possíveis é aquele em que as metas do Acordo de Paris são cumpridas. No entanto, dependendo de escolhas que se fazem hoje, o melhor dos mundos possíveis pode também significar o pior dos mundos para a geração *overshoot*, que terá de viver sob extremos climáticos sem precedentes na história da civilização.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/01/20/crise-climatica-ja-condena-uma-geracao-inteira-a-nascer-e-viver-sob-condicoes-de-calor-sem-precedentes.gh.html>. Acessado em: 27 ago. 2026.

1. Com base na compreensão denotativa do texto, ou seja, nas informações expressas de forma literal e objetiva pelo autor, é CORRETO afirmar que:

- a) O Acordo de Paris, firmado em 2015, estabeleceu datas rígidas e imediatas para o fim das emissões de gases em todos os países.
- b) A redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) provoca, segundo o sistema climático, um declínio instantâneo na temperatura global.
- c) O objetivo central citado do Acordo de Paris é manter o aumento da temperatura média

global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais.

d) A "Geração *Overshoot*" já dispõe de todas as tecnologias necessárias, em escala global, para reverter o colapso climático até o fim deste ano.

e) O Artigo 4 do Acordo de Paris determina que os países mais pobres devem erradicar a pobreza antes de iniciarem qualquer emissão de gases.

2. No período "A geração **que fatalmente viverá suas vidas inteiras dentro deste período de calor sem precedentes na história da humanidade** já tem nome: '*Geração *Overshoot**'.", a oração destacada em negrito classifica-se sintaticamente como:

a) Oração subordinada substantiva objetiva direta, pois atua como complemento do substantivo "geração".

b) Oração subordinada adjetiva explicativa, uma vez que generaliza o conceito de geração mencionado anteriormente.

c) Oração subordinada substantiva completiva nominal, por ser termo preposicionado que completa um nome.

d) Oração subordinada adverbial causal, já que apresenta a causa para a geração já possuir um nome específico.

e) Oração subordinada adjetiva restritiva, pois delimita e especifica o sentido do substantivo "geração", sem estar isolada por vírgulas.

3. Considere as regras de regência verbal da norma-padrão aplicadas a adaptações de trechos do texto "Crise climática...":

I. No trecho "Existem duas razões para **visarmos um marco...**", o verbo foi empregado como transitivo direto. No entanto, segundo o rigor da norma culta, para o sentido de "objetivar", o verbo **visar** deve ser transitivo indireto, sendo a redação correta: "visarmos **a** um marco".

II. Se o trecho "...não seria acompanhada de um declínio..." fosse reescrito, utilizando o verbo **implicar** com sentido de "acarretar", a forma correta de acordo com a norma gramatical seria: "...não **implicaria** em um declínio".

III. Caso o autor desejasse expressar uma escolha da geração atual com o verbo **preferir**, a estrutura: "A geração atual **prefere** o desenvolvimento **ao** equilíbrio climático" estaria correta, pois esse verbo rege a preposição "a" e refuta o uso de "do que".

IV. Na frase adaptada: "A geração *overshoot* **assistirá** o colapso climático", a regência está correta, uma vez que o verbo **assistir**, no sentido de "presenciar" ou "ver", é classificado pela gramática normativa como transitivo direto.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) afirmação(ões):

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II e III

Texto para a questão 04

Fui ter com Virgília; bem depressa esqueci o Quincas Borba. Virgília era o travesseiro do meu espírito, um travesseiro mole, tépido, aromático, enfronhado em cambraia e bruxelas. Era ali que ele costumava repousar de todas as sensações más, simplesmente enfadonhas, ou até dolorosas. E, bem pesadas as coisas, não era outra a razão da existência de Virgília; não podia ser. Cinco minutos bastaram para olvidar inteiramente o Quincas Borba; cinco minutos de uma contemplação mútua, com as mãos presas umas nas outras; cinco minutos e um beijo. E lá se foi a lembrança do Quincas Borba... Escrófula da vida, andrajo do passado, que me importa que exista, que molestes os olhos dos outros, se eu tenho dois palmos de um travesseiro divino, para fechar os olhos e dormir?

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 2002.

4. Em qual das alternativas o personagem Brás Cubas faz uma afirmação em sentido metafórico?

- a) “Fui ter com Virgília”
- b) “bem depressa esqueci o Quincas Borba”
- c) “Virgília era o travesseiro do meu espírito”
- d) “Cinco minutos bastaram para olvidar inteiramente o Quincas Borba”
- e) “Cinco minutos de uma contemplação mútua, com as mãos presas umas nas outras”

Texto para as questões 05 e 06

À esquerda do Rio Doce, 11 de setembro de 2020.

Amigos,

Percebi, antes de começar a escrever essas palavras, que se aproxima a primavera. Estamos chegando ao momento do esteio do céu. Decidi, então, escrever esta carta para falar com vocês sobre o Bem Viver, para quem acredita que cantando é possível suspender o céu, para quem acredita que o modo como vivemos e o mundo onde vivemos é recriado a toda hora. Para além da nossa capacidade de descrever a vida, quero aqui falar da vida como um evento que acontece de dentro de tudo, o tempo todo.

Escrevo, então, para nosso Taru, nosso céu, e para quem acredita que pode suspendê-lo nesse tempo primaveril de proximidade com a terra.

Nossos ancestrais cantavam para suspender o céu. Com esse canto, a cura também chega. Esse é um dos poderes que nossos ancestrais nos passaram: uma prática de comunhão da terra com o céu, por isso a terra é a nossa mãe.

Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br>
Acesso em: 17 ago. 2026

5. No primeiro parágrafo, lê-se a seguinte afirmação: “Percebi, antes de começar a escrever essas palavras, que se aproxima a primavera.” O sentido, a correção e a coerência desse período estão mantidos em qual alternativa?

- a) Antes de dar início à escrita dessas palavras, percebi a aproximação da primavera.
- b) No momento que escrevia essas palavras, percebi o quão se aproximava a primavera.
- c) Por escrever essas palavras, percebi que se aproximava a primavera.
- d) A primavera se aproximava à medida em que escrevia essas palavras.
- e) Simultaneamente à escrita dessas palavras, a aproximação dessas palavras ficou perceptível.

6. “Decidi escrever esta carta ... para quem acredita que cantando é possível suspender o céu, para quem acredita que o modo como vivemos e o mundo onde vivemos é recriado a toda hora”. Nessa afirmação, o autor recorre, predominantemente, ao seguinte recurso expressivo:

- a) comparação
- b) metáfora
- c) prosopopeia
- d) antítese
- e) pleonismo

Texto para as questões 07 a 10

Desaprender é vital

Para o CEO do WhatsApp no Brasil, Guilherme Horn, as empresas não devem ter medo de errar ao adotarem ferramentas de IA em seus processos.

Inteligência Artificial é a expressão da moda em diversos setores, mas será que as companhias brasileiras estão prontas para a implantação de automação por meio dessa tecnologia em suas práticas do dia a dia? O CEO do WhatsApp no Brasil, Guilherme Horn, usou o seu conhecimento na área para escrever o livro “Mindset de IA” (Ed. Gente), no qual aponta que, mais do que mudanças operacionais, as empresas precisam mudar de mentalidade para não ficarem para trás e obterem

sucesso quando o assunto é automação e o uso das IAs generativas. Para ele, as corporações precisam se permitir errar com a IA.

“Os profissionais precisarão desaprender muitas das práticas que utilizaram até hoje e reaprender a extrair o verdadeiro potencial da tecnologia, entendendo como pode gerar valor contínuo para os processos e para o conhecimento da organização. A IA pensa, mas a decisão final e a responsabilidade continuam sendo humanas. É fundamental não ter medo de falhar e não reprimir os erros dentro da empresa”, afirma Horn.

O que o seu livro traz de diferente do que vem sendo debatido sobre IA nas empresas?

O grande diferencial está em focar no modelo mental (mindset) necessário para a implementação da IA, em vez de tratar o tema apenas como a adoção de uma nova ferramenta técnica. Em vez de se concentrar na simples operação de plataformas, o debate deve ser o que os líderes, executivos e empreendedores precisam desaprender de suas vivências passadas e o que devem reaprender para lidar com essa inovação.

O principal objetivo do livro é ensinar como compreender o verdadeiro potencial da tecnologia para gerar valor real para o negócio, para os processos internos e para o conhecimento acumulado da organização. O sucesso com a IA não se resume a implementar ou adotar um sistema tecnológico, mas sim a uma necessidade profunda de transformar todo o negócio por meio da adoção de uma mentalidade adequada para usufruir de verdade de tudo o que essa tecnologia tem a oferecer.

Muitos empresários e executivos ainda temem o uso de IA em processos mais elaborados nas empresas. O que você diria para essas pessoas?

Executivos e empresários devem encarar o erro nessa implementação como uma parte absolutamente essencial do processo de experimentação com a Inteligência Artificial. Não devem ter medo de estimular ao máximo que as equipes experimentem a tecnologia. É fundamental não ter medo de falhar e não reprimir os erros dentro da empresa. O próprio Elon Musk [fundador da Tesla e da Space X, entre outros negócios, e primeiro financiador da OpenAI] comemorou a explosão de um de seus foguetes justamente pelo conhecimento valioso extraído daquele evento.

À medida que a empresa treina e aprende com os próprios erros, ela adquire um ganho muito grande de maturidade. Os líderes precisam aceitar esse trade-off e entender que é natural testar diversas abordagens que talvez não tragam retorno financeiro imediato ou que acabem sendo descartadas mais tarde, mas apenas passando por essa fase prática é possível descobrir se realmente vale a pena usar a IA em determinados processos. Cultivar a experimentação contínua e a tolerância à falha é o conselho central para criar o modelo mental adequado e bem-sucedido na adoção dessa tecnologia. Mas claro que o elemento humano vai continuar sendo muito importante, porque a IA pensa, mas é o ser humano que decide. Assim como uma pessoa não deve seguir um aplicativo de rotas cegamente para dentro de uma área perigosa da cidade, as empresas precisam manter o controle final e a responsabilidade de avaliar as decisões da máquina. Essa habilidade é muito mais permanente do que as ferramentas em si.

Disponível em: <https://revista.istoe.com.br/wp-content/uploads/sites/30/2026/05/IstoE-Edicao-36.pdf>. Acesso em 16 ago. 2026.

7. No trecho “A decisão final e a responsabilidade continuam sendo humanas”, o adjetivo “humanas”:

- a) Concorda apenas com o substantivo “decisão”, tendo, portanto, que ser flexionado no feminino plural.
- b) Concorda apenas com o substantivo “responsabilidade”, por isso aparece flexionado no feminino plural.
- c) Concorda com os dois substantivos coordenados: “decisão” e “responsabilidade”, podendo, por esse motivo, ser flexionado no feminino plural, conforme está no texto.
- d) Concorda com a forma verbal “continuam”, por esse motivo aparece flexionado no feminino plural.
- e) Está no feminino plural por exigência da linguagem culta empregada no texto, no entanto poderia adequadamente estar no feminino singular, uma vez que tanto “decisão” quanto “responsabilidade” estão no singular.

8. No trecho “Cultivar a experimentação contínua e a tolerância à falha é o conselho central para criar o modelo mental adequado e bem-sucedido na adoção dessa tecnologia”, a palavra “contínua” aparece acentuada.

Sobre a acentuação dessa palavra, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. De acordo com ortografia vigente, a palavra contínua é escrita sem acentuação.

II. A palavra contínua está acentuada perfeitamente no contexto acima, embora exista a ocorrência de continua (sem acento).

III. Contínua (com acento) é o único registro aceitável do ponto de vista gramatical, no contexto acima.

IV. O registro da palavra continua (sem acento) é previsto na ortografia da língua portuguesa, mas altera completamente o sentido, além de comprometer a estrutura sintática do trecho.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas o item IV está correto.
- e) Estão corretos, apenas, os itens II, III e IV.

9. Observe o trecho e analise as afirmações.

“O sucesso com a IA não se resume a implementar ou adotar um sistema tecnológico, mas sim a uma necessidade profunda de transformar todo o negócio por meio da adoção de uma mentalidade adequada para usufruir de verdade de tudo o que essa tecnologia tem a oferecer”

I. As quatro ocorrências de “a” no trecho se dão pela mesma explicação.

II. Em “a implementar” e “a oferecer”, a construção gramatical da língua segue a mesma lógica linguística.

III. “A uma necessidade” fere a construção da norma culta da língua que, nesse caso, deveria ser “à necessidade”.

Está(ão) CORRETAMENTE analisado(s) o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

10. No trecho “**À medida que** a empresa treina e aprende com os próprios erros, ela adquire um ganho muito grande de maturidade”, a expressão destacada, além de funcionar como elemento de coesão, estabelecendo relação de conexão com o período anterior, organiza as ideias do texto, atribuindo valores semânticos.

A expressão destacada “à medida que”:

- a) trata-se de um advérbio, estabelecendo uma relação de causa com a oração seguinte.
- b) funciona como locução verbal e indica a ação de avaliar o crescimento da empresa.
- c) “constitui uma locução prepositiva e estabelece uma relação de finalidade entre “treina” e “adquire”.
- d) é uma locução conjuntiva, estabelecendo, no contexto, uma relação de proporcionalidade entre o treinamento/aprendizagem da empresa e seu ganho de maturidade.
- e) funciona como locução adverbial, estabelecendo a ideia de tempo entre o processo de aprendizagem e ganho de maturidade.

11. Um servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, solicitou seu deslocamento para acompanhar o cônjuge, que havia sido removido por interesse da Administração Pública.

Com base no que dispõe a Lei nº. 8.112/1990, assinale a alternativa que indica a hipótese de deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede:

- a) Exoneração.
- b) Readaptação.
- c) Recondição.
- d) Redistribuição.
- e) Remoção.

12. Joana, servidora do Instituto Federal do Piauí, atua no setor de controle acadêmico, lidando diretamente com o atendimento ao público. Certo dia, um candidato aprovado no vestibular compareceu ao setor para realizar a sua matrícula institucional. Como a fila estava longa e o sistema informatizado apresentou lentidão, Joana decidiu não atender ao cidadão naquele momento, instruindo-o a aguardar por mais de quatro horas sem fornecer informações sobre a previsão de atendimento, argumentando internamente que o atraso era decorrente de falha técnica e não de conduta pessoal. Posteriormente, o cidadão descobriu que a lentidão do sistema ocorria porque os servidores do órgão estavam utilizando a internet e os computadores para realizar atividades particulares.

À luz do Decreto nº. 1.171/1994, assinale a alternativa CORRETA sobre o caso narrado:

- a) A atitude de Joana não caracteriza infração ética, uma vez que a lentidão do sistema configurou motivo de força maior, isentando a Administração e a servidora de qualquer responsabilidade moral ou danos ao usuário.
- b) O ato de deixar qualquer pessoa à espera de solução que dependa do setor em que

exerce suas funções caracteriza grave dano moral aos usuários dos serviços públicos, além de constituir fator de desmoralização do serviço público.

c) As vedações éticas do Decreto nº. 1.171/1994 aplicam-se exclusivamente à omissão da verdade e ao desvio de verbas, não abrangendo o uso de equipamentos ou tempo de serviço para fins particulares.

d) A Comissão de Ética do Ministério, ao tomar conhecimento do fato, poderá aplicar aos servidores envolvidos a penalidade de suspensão preventiva das funções pelo prazo de 30 dias.

e) Caso Joana opte por ocultar a verdade do cidadão para evitar pânico ou tumulto na repartição, sua conduta será respaldada pelo princípio da eficiência e do interesse público imediato.

13. Marcos é servidor público federal em um órgão de fiscalização sanitária. Durante a análise do processo de autorização de um grande empreendimento comercial, seu superior hierárquico ordenou verbalmente que Marcos aprovasse o relatório sem realizar a vistoria técnica obrigatória no local, alegando que "a empresa é parceira estratégica da região e a burocracia excessiva atrasaria os investimentos locais". Marcos sabe que a dispensa dessa vistoria descumpra as normas técnicas da repartição, mas teme sofrer retaliações ou ser punido por insubordinação caso desobedeça à ordem do chefe.

Com base nas disposições do Decreto nº. 1.171/1994 (Código de Ética do Servidor Público Federal), assinale a alternativa que indica a conduta ética CORRETA que Marcos deve adotar:

- a) Cumprir prontamente a ordem do superior e assinar a liberação do documento, haja vista que o princípio da hierarquia administrativa isenta o subordinado de qualquer responsabilidade ética ou funcional.
- b) Aprovar o relatório sem a vistoria técnica, pois o código de ética priorizou o desenvolvimento

socioeconômico e o bem-comum em detrimento de trâmites burocráticos internos.

c) Negar-se a cumprir a ordem ilegal e representar contra o comprometimento ético do superior hierárquico, respeitando a hierarquia sem ter temor de denunciar os desvios de conduta.

d) Solicitar a sua exoneração do cargo, uma vez que o Decreto nº. 1.171/1994 proíbe expressamente que o servidor discorde formalmente ou reporte condutas atípicas impostas por seus superiores.

e) Cumprir a ordem verbal e, em seguida, recorrer à Comissão de Ética do órgão para requerer a demissão do seu superior por improbidade administrativa.

14. Júlio ingressou no IFPI para cursar ensino médio técnico integrado em eletrotécnica. Após a finalização do curso, realizou vestibular e foi aprovado no curso de Engenharia Elétrica no mesmo campus onde já havia estudado. Seus planos incluem fazer uma pós-graduação na área, se possível na Instituição, pois recentemente foi veiculada a notícia de que o campus passaria por um processo de expansão para poder ofertar novos cursos e turmas.

Diante da situação hipotética, é CORRETO afirmar que a trajetória acadêmica de Júlio, de acordo com a Lei nº. 11.892/08, foi possível em razão de finalidades e características dos Institutos Federais, dentre as quais destaca-se diretamente:

a) Desenvolver apenas a educação profissional como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

b) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

c) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

d) Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

e) Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

15. Sobre as garantias que o Estado deve efetivar para a oferta na educação escolar pública do ensino educacional especializado, de acordo com o previsto na Lei nº. 9.394/96 (LDB), assinale a alternativa CORRETA.

a) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

b) Atendimento educacional especializado gratuito apenas aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

c) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

d) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, exclusivamente nos níveis, etapas e modalidades de ensino da rede federal, preferencialmente na rede regular de ensino.

e) Atendimento educacional especializado gratuito exclusivamente aos educandos com deficiência, altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

16. Sobre a estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí, de acordo com o previsto na Lei nº. 11.892/2008, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Instituto Federal é multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- b) A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, todos presididos por membros eleitos entre os pares.
- c) O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo e deliberativo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.
- d) O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto exclusivamente por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição.
- e) Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes e servidores técnico-administrativos em educação pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal.

17. A Lei nº. 15.211/2025 estabelece os fundamentos para utilização de produtos ou serviços de tecnologia da informação por crianças e adolescentes.

Com base no referido Estatuto Digital, assinale a alternativa que indica um dos fundamentos previstos no artigo 4º.

- a) A promoção da educação digital, com foco no desenvolvimento da cidadania e do senso crítico para o uso seguro e responsável da tecnologia.
- b) Oferecer sistemas e processos projetados para impedir que crianças e adolescentes encontrem, por meio do produto ou serviço, conteúdos ilegais e pornográficos, bem como

outros conteúdos manifestamente inadequados à sua faixa etária, conforme as normas de classificação indicativa e a legislação aplicável.

- c) Realizar gerenciamento de riscos de seus recursos, funcionalidades e sistemas e de seus impactos direcionados à segurança e à saúde de crianças e de adolescentes.
- d) Realizar avaliação do conteúdo disponibilizado para crianças e adolescentes de acordo com a faixa etária, para que seja compatível com a respectiva classificação indicativa.
- e) Tomar medidas razoáveis com o objetivo de prevenir e mitigar riscos de acesso, exposição, recomendação ou facilitação de contato com indução, incitação, instigação ou auxílio, por meio de instruções ou orientações, a práticas ou comportamentos que levem a danos à saúde física ou mental de crianças e de adolescentes, tais como violência física ou assédio psicológico a outras crianças e adolescentes, uso de substâncias que causem dependência química ou psicológica, autodiagnóstico e automedicação, automutilação e suicídio.

18. A Lei nº. 9.784/1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assegura aos administrados diversos direitos no curso do processo.

Com base nas disposições da referida Lei, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um dos direitos assegurados aos administrados.

- a) Agir de modo temerário, quando houver risco de decisão de dano irreversível.
- b) Expor os fatos conforme a verdade, quando não houver risco de dano irreversível, e prestar as informações que lhes forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- c) Fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, inclusive nos casos de representação, por força de lei.
- d) Formular alegações e apresentar documentos novos, mesmo após a decisão, os

quais serão objeto de consideração pelo órgão competente, tendo em vista o direito a ampla defesa.

e) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

19. A resolução normativa CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI nº. 253, de 22 de dezembro de 2025, estabelece que o Instituto Federal do Piauí, atendendo ao disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, poderá oferecer cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Com base nas disposições contidas na Organização Didática sobre a oferta de cursos, é CORRETO afirmar que:

a) A educação superior, destinada aos egressos do ensino médio ou equivalente que tenham sido classificados em processo seletivo, deverá possibilitar ao indivíduo uma formação integral, tornando-o um sujeito crítico-reflexivo e apto para o mundo do trabalho.

b) A Educação a Distância (EAD), voltada para cursos de pós-graduação lato sensu, é uma modalidade educativa que enfatiza a autoaprendizagem, com mediação docente, tutorial e de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes meios tecnológicos de informação e de comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, veiculados pelos diversos meios de comunicação.

c) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma independente e isolada em relação ao ensino médio, observados os objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e os referenciais contidos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos para a Educação Profissional;

d) Os cursos de pós-graduação, compreendendo exclusivamente programas de mestrado e doutorado, abertos a candidatos diplomados em cursos superiores

e que atendam às exigências das instituições de ensino, destinam-se aos cidadãos que pretendem ampliar seus conhecimentos em uma área específica ou em outras que tenham afinidades com a sua formação profissional, submetendo-se à legislação própria do ensino superior.

e) Os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância deverão adotar base curricular diversa dos cursos presenciais equivalentes ofertados no âmbito do IFPI, garantindo equivalência formativa e a mesma certificação. O Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC), entretanto, deverá ser específico para a modalidade, contemplando as particularidades pedagógicas, metodológicas, tecnológicas e organizacionais próprias da Educação a Distância.

20. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação D, pretende obter a sua primeira aceleração da progressão funcional por capacitação no Instituto Federal Alfa. Para tanto, após cinco anos de efetivo exercício, apresentou pedido formal junto ao setor responsável da instituição, anexando certificados de cursos de capacitação que somam 135 horas (um certificado com 90 horas, um certificado de 20 e o terceiro certificado contando 25 horas).

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005 e de suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Platão terá direito à aceleração da progressão por capacitação, tendo em vista o transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício e o cumprimento da carga horária mínima exigida de 120 horas para o nível de classificação D.

b) Platão terá direito à aceleração da progressão por capacitação, tendo em vista o transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício e o cumprimento da carga horária mínima exigida de 100 horas para o nível de classificação D.

c) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, pois a lei proíbe a

utilização de múltiplos certificados para somar a carga horária exigida no ciclo.

d) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, apesar do transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício, pois não teria cumprido a carga horária mínima de 200 horas em certificação em programa de capacitação.

e) Platão não terá direito à aceleração da progressão por capacitação, apesar do transcorrer do interstício de cinco anos de efetivo exercício, pois a lei veda expressamente o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas-aula.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, que versa sobre Normas Gerais de Direito Financeiro, o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, sendo que a liquidação consiste:

- a) Na criação da obrigação de pagamento para o Estado, pendente ou não de implemento de condição.
- b) Na entrega do numerário ao credor, por intermédio do agente financeiro do Tesouro.
- c) Na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) Na programação financeira e no cronograma mensal de desembolso.
- e) No registro contábil do ato de empenho da despesa orçamentária autorizada.

22. Considerando a organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.
- b) Os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica são considerados do Poder Executivo.
- c) Competem aos arquivos do Poder Legislativo Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Legislativo Federal no exercício das suas funções, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.
- d) Para o pleno exercício de suas funções, o Arquivo Nacional centraliza suas atividades e não poderá criar unidades regionais.
- e) Os arquivos públicos dos Territórios são organizados de acordo com sua estrutura político-jurídica.

23. A Lei nº 14.133/2021 considera a sustentabilidade nas contratações públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O desenvolvimento nacional sustentável é apenas uma recomendação programática, sem força normativa, e a Administração pode desconsiderá-lo quando houver proposta de menor preço.
- b) A Administração deve observar critérios e práticas de sustentabilidade na aquisição de bens, contratação de serviços e execução de obras.
- c) A sustentabilidade aplica-se somente às obras públicas, não alcançando a aquisição de bens de consumo nem a contratação de serviços.
- d) Os critérios de sustentabilidade só podem ser exigidos quando o licitante concordar voluntariamente, sendo vedada sua imposição no edital.
- e) A Nova Lei de Licitações revogou o dever de observância do desenvolvimento sustentável, que era previsto apenas na antiga Lei nº 8.666/1993.

24. Em fevereiro de 2026, um município piauiense precisou contratar, por dispensa de licitação, uma empresa para executar obras de reforma de um prédio público, cujo valor estimado é de R\$ 120.000,00. O setor jurídico consultado a informou que a contratação direta é juridicamente viável com base no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a atualização promovida pelo Decreto nº 12.807/2025.

Nesse cenário, é CORRETO afirmar que:

- a) A dispensa é cabível, pois o valor de R\$ 120.000,00 está abaixo do limite de R\$ 130.984,20 atualizado para obras e serviços de engenharia.
- b) A dispensa não é cabível, pois o limite atualizado para obras e serviços de engenharia 11 é de R\$ 65.492,11, inferior ao valor do objeto.
- c) A dispensa é cabível, pois o limite para obras e serviços de engenharia foi elevado a R\$ 200.000,00 pelo Decreto nº 12.807/2025.

- d) A dispensa não é cabível, pois o limite de R\$ 130.984,20 se aplica apenas aos demais serviços e compras, não às obras de engenharia.
- e) A dispensa não é cabível, pois o valor do objeto supera o limite de R\$ 65.492,11 previsto para serviços e compras, atualizado para 2026.

25. Um município do Piauí, por meio do seu ordenador de despesas, firmou contrato administrativo com uma Construtora para execução de obra de pavimentação no valor de R\$ 1.200.000,00, com recursos da LOA de 2026. A despesa foi empenhada regularmente em fevereiro de 2026. Concluída a obra, o fiscal do contrato atestou os serviços em 30/06/2026. Em 10/07/2026, o ordenador de despesas autorizou o pagamento integral à empresa, antes de a liquidação ter sido formalmente processada pela contabilidade, utilizando como único fundamento o atestado do fiscal e a nota de empenho.

Com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O pagamento é irregular, pois o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do bem ou da conclusão do serviço, não podendo ser dispensada.
- b) O pagamento é irregular, pois o empenho é o único estágio que confere validade à despesa, cabendo à liquidação ser processada somente após o pagamento, a título de registro contábil posterior.
- c) O pagamento é regular, pois a liquidação é etapa facultativa quando a despesa foi previamente empenhada e o serviço atestado pelo fiscal do contrato.
- d) O pagamento é regular, desde que efetuado dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da ordem cronológica dos estágios.
- e) O pagamento é regular, pois a autorização do ordenador de despesas é suficiente, não havendo necessidade de liquidação formal quando o serviço já foi concluído e atestado.

26. Em fevereiro de 2026, um cidadão protocolou, no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) de uma autarquia federal, pedido de acesso à cópia integral do contrato administrativo firmado com empresa de tecnologia da informação, incluindo valores, cronograma de desembolso e cláusulas de sanção. O órgão respondeu somente no 25º dia útil após o pedido, sem qualquer justificativa, indeferindo-o sob o fundamento genérico de que os dados "constituem informações pessoais dos servidores envolvidos e segredo comercial da contratada". O cidadão não foi cientificado sobre a possibilidade de interpor recurso nem sobre a autoridade competente para apreciá-lo.

Com base na Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa CORRETA quanto à resposta do órgão.

- a) A resposta foi incorreta, pois o prazo de resposta é de 20 dias, prorrogável por mais 10 mediante justificativa expressa, com ciência do requerente; o contrato é informação de interesse público; e o indeferimento deve ser fundamentado, indicando a autoridade competente e o prazo para recurso.
- b) A resposta foi incorreta apenas porque o prazo de 20 dias foi descumprido, pois o indeferimento fundado em dados pessoais e segredo comercial é legítimo e, nesse caso, não cabe recurso ao interessado.
- c) A resposta foi válida, pois a LAI não estabelece prazo para resposta e admite o indeferimento quando a informação envolver dados pessoais ou segredo comercial.
- d) A resposta foi incorreta, pois o segredo comercial, nos termos do art. 22 da LAI, prevalece sobre o direito de acesso em contratos administrativos, tornando a informação irrestritamente sigilosa.
- e) A resposta foi válida, desde que a negativa seja comunicada no prazo de 20 dias, ainda que sem justificativa, pois a LAI não exige fundamentação do indeferimento.

27. Um cidadão solicita, por meio do domicílio eletrônico de um órgão público federal, a emissão de certidão negativa de débitos e o andamento de um processo administrativo eletrônico. O órgão responde que a certidão só pode ser emitida presencialmente, que o processo tramita

apenas em papel e que não reconhece validade a documento nato-digital assinado eletronicamente, exigindo reconhecimento de firma em cartório. O cidadão questiona a conduta.

Com base na Lei nº 14.129/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A conduta do órgão é válida, pois a Lei do Governo Digital não obriga a tramitação eletrônica de processos nem a emissão de certidões em meio digital.
- b) A conduta é parcialmente válida: o órgão pode exigir atendimento presencial mas o documento nato-digital assinado eletronicamente é considerado original para todos os efeitos legais.
- c) A conduta é irregular: a administração pode utilizar soluções digitais e disponibilizar certidões em meio eletrônico; o documento nato-digital assinado eletronicamente é original para todos os efeitos legais, não podendo o órgão impor a exclusividade do atendimento presencial.
- d) A conduta é válida, pois a exigência de reconhecimento de firma é requisito inafastável para qualquer documento digital.
- e) A conduta é irregular apenas quanto ao reconhecimento de firma, sendo legítima a recusa de tramitação eletrônica do processo.

28. A sustentabilidade na Administração Pública brasileira está positivada em múltiplos diplomas normativos que impõem a responsabilidade socioambiental do gestor, o uso racional dos recursos públicos e a gestão sustentável de materiais.

Considerando o Decreto nº. 7.746/2012, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 1/2010 e a Lei nº. 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A responsabilidade socioambiental na Administração Pública limita-se à fase de execução contratual, sendo vedada a exigência de práticas sustentáveis na fase de planejamento da contratação.
- b) O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é instrumento obrigatório de vinculação

do planejamento de contratações, que deve contemplar a atualização do inventário de bens e materiais, as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, além da responsabilização socioambiental dos agentes públicos.

- c) O uso racional de recursos públicos e o consumo sustentável são faculdades discricionárias do gestor, que pode afastá-los sempre que a proposta de menor preço for mais vantajosa economicamente.
- d) A gestão sustentável de materiais restringe-se à destinação final de resíduos, não alcançando a fase de aquisição, especificação ou julgamento das propostas.
- e) A responsabilidade socioambiental exclusivamente aplica-se à União, sendo facultativa para Estados, Distrito Federal e Municípios.

29. A Teoria Geral da Administração teve, nas duas primeiras décadas do século XX, duas correntes voltadas para a busca da eficiência organizacional, ainda que sob enfoques distintos: uma concentrada na racionalização do trabalho do operário e do processo produtivo, e outra voltada para a estrutura da organização como um todo, definindo as funções administrativas do gestor (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar). Essas duas correntes são, respectivamente, denominadas:

- a) Teoria Neoclássica e Administração por Objetivos.
- b) Teoria das Relações Humanas e Teoria Estruturalista.
- c) Administração Científica e Teoria Clássica.
- d) Teoria Comportamental e Teoria dos Sistemas.
- e) Teoria da Burocracia e Teoria da Contingência.

30. No processo de diagnóstico organizacional, uma empresa varejista identificou os seguintes elementos ao elaborar sua análise SWOT (ou análise FOFA):

- I. Equipe de vendas com baixa qualificação técnica.

II. Entrada de um novo concorrente internacional no mercado local.

III. Sistema de gestão de estoque reconhecido como referência no setor.

IV. Mudança na legislação tributária que reduz impostos sobre o setor de varejo.

Considerando a classificação correta desses elementos na matriz SWOT, é CORRETO afirmar que:

- a) I é uma fraqueza e II é uma oportunidade, pois ambos decorrem de fatores externos à organização.
- b) II é uma força e III é uma ameaça, uma vez que ambos se referem a fatores internos controláveis pela organização.
- c) I é uma oportunidade e IV é uma força, pois ambos refletem condições vantajosas para a empresa.
- d) III é uma força e IV é uma oportunidade, pois III representa uma característica interna positiva e IV, um fator externo favorável à organização.
- e) I, II, III e IV devem ser classificados exclusivamente como fraquezas, por representarem riscos ao desempenho da organização.

31. Uma equipe responsável pelo desenvolvimento de um novo produto possui elevado grau de confiança entre seus membros, objetivos compartilhados e nível baixo de conflito de tarefas. Os membros discutem novas ideias sem confrontos. O gestor considera estimular maior nível de conflito para ampliar a criatividade da equipe.

Com base na visão interacionista do conflito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O aumento do conflito tende a aumentar a criatividade, visto que conflitos de tarefa estão positivamente associados à maior inovação, independentemente da intensidade.
- b) O gestor deve estimular o conflito de relacionamento, visto que divergências de

relacionamento ampliam a variedade de perspectivas disponíveis.

c) O conflito deve ser eliminado, visto que qualquer divergência sobre o conteúdo das tarefas é prejudicial ao desempenho coletivo.

d) O gestor deve substituir o conflito de tarefa pelo conflito de processo, visto que divergências sobre responsabilidades têm maior potencial de estímulo à criatividade.

e) O aumento proposital do conflito, por si só, não assegura maior criatividade, visto que a contribuição do conflito de tarefa depende de condições específicas, tais como intensidade e contexto.

32. Uma empresa planeja expandir suas operações para uma área nova de negócios, cujas competências inexistem entre os atuais empregados. Além disso, há uma vaga gerencial em aberto para uma área consolidada, com empregados com experiência e potencial de crescimento na carreira.

Com base nos conceitos e características do recrutamento interno e externo, assinale a alternativa mais compatível com a situação descrita.

- a) A empresa deve utilizar recrutamento externo para a nova área de negócio e recrutamento interno para a vaga gerencial na área consolidada.
- b) A empresa deve utilizar recrutamento externo nas duas situações, pois a entrada de novos empregados amplia as competências organizacionais.
- c) A empresa deve priorizar o recrutamento interno nas duas situações, pois candidatos conhecidos são mais adaptáveis e reduzem os riscos de seleção.
- d) A empresa deve utilizar o recrutamento interno para a nova área de negócio e recrutamento externo para a vaga gerencial, de modo a preservar a cultura na atividade nova e renovar a cultura na área consolidada.
- e) A empresa deve evitar recrutamento interno para vagas gerenciais, pois promoções não auxiliam no desenvolvimento profissional dos empregados.

33. De acordo com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Administração Pública, na aplicação da referida Lei, deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.

Assinale a alternativa que apresenta outro princípio expressamente elencado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

- a) Hierarquia funcional.
- b) Subsidiariedade administrativa.
- c) Julgamento objetivo.
- d) Autotutela plena.
- e) Continuidade absoluta do serviço público.

34. Determinada autarquia federal, após regular processo administrativo sancionador, decidiu aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a uma empresa que praticou ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, durante a execução de um contrato administrativo.

Com base no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA quanto à autoridade competente para aplicar essa sanção no caso descrito.

- a) A sanção cabível é o impedimento de licitar e contratar, de competência do pregoeiro que conduziu o certame originário.
- b) A declaração de inidoneidade, por se tratar de infração gravíssima, é de competência exclusiva do Ministro de Estado ao qual a autarquia esteja vinculada.
- c) A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva da autoridade máxima da autarquia.
- d) A declaração de inidoneidade pode ser delegada a qualquer servidor ocupante de função de confiança na autarquia.
- e) A declaração de inidoneidade, por ter eficácia nacional, somente pode ser aplicada por autoridade do Poder Executivo federal, independentemente do ente que conduziu o processo.

35. A Constituição Federal de 1988, no § 8º do art. 165, estabelece:

"A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."

Esse dispositivo constitucional consagra o princípio orçamentário denominado:

- a) Princípio da exclusividade.
- b) Princípio da universalidade.
- c) Princípio da unidade.
- d) Princípio do orçamento bruto.
- e) Princípio da não afetação das receitas.

36. A autora Marilena Leite Paes, referência clássica da Arquivologia brasileira, define arquivo como "a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro".

Essa definição doutrinária é compatível com o conceito legal de arquivo estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 8.159/1991, segundo o qual se consideram arquivos:

- a) Os conjuntos de documentos produzidos exclusivamente por entidades privadas com fins lucrativos, para fins de prova em juízo.
- b) Exclusivamente os conjuntos de documentos produzidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, excluídas as entidades privadas e as pessoas físicas.
- c) Os conjuntos de documentos em suporte papel, produzidos e recebidos por órgãos públicos no exercício de suas atividades administrativas.
- d) Os conjuntos de documentos de valor histórico e probatório, definitivamente preservados após avaliação e destinação documental.

e) Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

37. Uma autarquia municipal, após regular processo de avaliação documental conduzido por sua Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, pretende eliminar acervo de documentos considerados sem valor permanente.

Com base no art. 9º da Lei nº 8.159/1991 e na estrutura federativa da política nacional de arquivos, assinale a alternativa CORRETA quanto à autorização exigida para essa eliminação.

- a) A eliminação independe de autorização externa, bastando deliberação da própria autarquia municipal, uma vez que os documentos já foram avaliados e não possuem valor permanente.
- b) A eliminação depende de autorização do Arquivo Nacional, único órgão da administração pública brasileira com competência para autorizar a eliminação de documentos públicos, em qualquer esfera federativa.
- c) A eliminação depende de autorização da instituição arquivística pública na sua específica esfera de competência — no caso de autarquia municipal, o arquivo público municipal ou órgão equivalente responsável pela política arquivística do Município.
- d) A eliminação depende exclusivamente de deliberação do CONARQ, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, independentemente da esfera federativa do órgão produtor dos documentos.
- e) A eliminação é vedada em qualquer hipótese pela Lei nº 8.159/1991, ainda que os documentos tenham sido avaliados e destinados à eliminação pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

38. O art. 3º da Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) estabelece diretrizes que devem orientar a execução da Lei, entre elas a "observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção".

Assinale a alternativa que apresenta outra diretriz expressamente prevista no art. 3º da Lei nº. 12.527/2011.

- a) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- b) Presunção absoluta de sigilo em documentos produzidos por autoridades públicas.
- c) Vinculação do acesso à informação à comprovação de interesse jurídico do requerente.
- d) Restrição do direito de acesso a informações produzidas há menos de cinco anos.
- e) Delegação da análise de todos os pedidos de acesso exclusivamente ao Poder Judiciário.

39. Um órgão público municipal, no âmbito da execução de política pública de assistência social prevista em lei, realiza tratamento de dados pessoais de beneficiários de programa social, sem obter consentimento individual de cada titular para essa finalidade específica.

Considerando a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O tratamento é irregular, pois a LGPD exige o consentimento do titular como única base legal apta a autorizar o tratamento de dados pessoais por órgãos públicos.
- b) O tratamento é irregular, pois a LGPD veda expressamente qualquer tratamento de dados pessoais por órgãos da administração pública direta.
- c) O tratamento pode ser regular, pois o art. 7º, III, da LGPD autoriza o tratamento de dados pela administração pública, independentemente de consentimento, para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, observadas as regras específicas do art. 23 da LGPD.
- d) O tratamento pode ser regular, mas apenas se os dados tratados forem exclusivamente dados pessoais sensíveis, categoria para a qual a LGPD dispensa consentimento no âmbito da execução de políticas públicas.
- e) O tratamento é irregular, pois, embora a execução de políticas públicas dispense

consentimento, o art. 23 da LGPD exige prévia autorização judicial para qualquer tratamento de dados pelo Poder Público.

40. Um órgão da administração pública federal direta, buscando reduzir custos operacionais, decidiu extinguir totalmente o atendimento presencial ao usuário, direcionando toda a prestação de serviços exclusivamente para canais digitais, independentemente da natureza do serviço prestado ou do perfil dos usuários atendidos.

Considerando o art. 14 da Lei nº. 14.129/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A medida é regular, pois a Lei nº. 14.129/2021 determina a substituição integral do atendimento presencial pelo atendimento digital, tão logo estejam disponíveis as tecnologias necessárias.
- b) A medida é irregular, pois a prestação digital dos serviços públicos deve ocorrer sem prejuízo do direito do cidadão ao atendimento presencial, nos termos do caput do art. 14 da Lei nº. 14.129/2021.
- c) A medida é regular, pois compete exclusivamente a cada órgão público definir, de forma discricionária e sem qualquer parâmetro legal, se haverá ou não atendimento presencial.
- d) A medida é irregular, mas apenas porque o parágrafo único do art. 14 exige que o acesso digital seja realizado exclusivamente por meio de autosserviço, sem exceções.
- e) A medida é regular, desde que o órgão comunique previamente aos usuários, com trinta dias de antecedência, a extinção do atendimento presencial.

41. O Instituto Federal do Piauí (IFPI), autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, questionou se estaria obrigado a aplicar as disposições da Lei nº. 14.129/2021, sob o argumento de que, por se tratar de instituição de ensino dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (nos termos da Lei nº. 11.892/2008), a incidência da Lei do Governo Digital dependeria de ato normativo próprio de adesão, à semelhança

do que ocorre com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com base no art. 2º da Lei nº. 14.129/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O entendimento do IFPI está correto: por se tratar de autarquia dotada de autonomia própria, equipara-se aos demais entes federados para fins do art. 2º, III, da Lei nº. 14.129/2021, dependendo de adesão mediante ato normativo próprio.
- b) O entendimento do IFPI está correto, pois a autonomia didático-pedagógica assegurada pela Lei nº. 11.892/2008 afasta, em qualquer hipótese, a incidência de normas gerais de direito administrativo, incluída a Lei nº. 14.129/2021.
- c) O entendimento do IFPI está incorreto, pois a Lei nº. 14.129/2021 contém vedação expressa à sua aplicação a instituições de ensino, públicas ou privadas.
- d) O entendimento do IFPI está incorreto: como autarquia federal integrante da administração pública indireta, o IFPI está automaticamente sujeito à Lei nº. 14.129/2021, nos termos do art. 2º, II, independentemente de qualquer ato normativo de adesão — exigência esta aplicável apenas às administrações diretas e indiretas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 2º, III.
- e) O entendimento do IFPI está incorreto, mas apenas porque a adesão já teria ocorrido tacitamente pelo simples fato de a instituição manter sítio eletrônico institucional.

42. O art. 4º do Decreto nº. 7.746/2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, elenca de forma expressa determinados critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados.

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um critério ou prática de sustentabilidade expressamente previsto no art. 4º do Decreto nº. 7.746/2012.

- a) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

- b) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.
- c) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.
- d) Menor preço global da proposta, ainda que em detrimento dos demais critérios de sustentabilidade ambiental.
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

43. Uma organização possui diversas vagas disponíveis e decidiu ampliar o aproveitamento dos candidatos no processo seletivo. Quando um candidato não atende aos requisitos para determinado cargo, ele passa a ser avaliado para outras vagas compatíveis com suas características. Além disso, a organização passou a considerar as competências individuais dos candidatos e sua contribuição para as competências organizacionais.

Considerando os modelos de decisão sobre candidatos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A primeira situação caracteriza o modelo de seleção e a segunda caracteriza o modelo de colocação.
- b) A primeira situação caracteriza o modelo de classificação e a segunda caracteriza o modelo de agregação de valor.
- c) A primeira situação caracteriza o modelo de agregação de valor e a segunda caracteriza o modelo de classificação.
- d) As duas situações caracterizam o modelo de seleção, diferenciando-se apenas pela quantidade de vagas disponíveis.
- e) As duas situações caracterizam o modelo de classificação, uma vez que ambas buscam aproveitar o candidato em diferentes oportunidades.

44. “O objetivo do orçamento público brasileiro é o planejamento financeiro, ou seja, planejar a utilização dos recursos financeiros arrecadados por meio dos tributos (impostos, taxas, contribuições, entre outros) e fixar as despesas e os investimentos do governo. Esse planejamento financeiro é essencial para oferecer serviços

públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes”.

SILVA, J. V. Ciclo orçamentário: processo e órgãos envolvidos. In: GONÇALVES, G. C.; SILVA, J. V.; SILVA, V. F.; et al. (Org.). Planejamento e Orçamento Público. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

De acordo com Silva (2020), os objetivos principais e secundários do orçamento público são os seguintes, EXCETO:

- a) Fazer uma estimativa parcial das receitas que o governo espera arrecadar.
- b) Fixar as despesas e os investimentos a serem efetuados com os recursos financeiros arrecadados.
- c) Auxiliar no planejamento das ações do governo e na elaboração das propostas orçamentárias, para apreciação e aprovação do Poder Legislativo.
- d) Fornecer uma base legal e de gestão para a execução do orçamento público.
- e) Estabelecer parâmetros para o monitoramento, o controle e a avaliação da disciplina fiscal do orçamento público e dos resultados obtidos na gestão dos recursos financeiros públicos.

45. “O desenvolvimento de equipes é uma pedra angular na construção de organizações eficazes e resilientes. Não se trata apenas de formar talentos e capacitar gestores; é essencial criar sinergia e colaboração entre todos os membros da equipe, promovendo um ambiente de trabalho integrado e dinâmico. À medida que as empresas prosperam em um ambiente colaborativo, o foco deve ser em times que possam fortalecer a cultura organizacional e alcançar objetivos comuns”.

CHIAVENATO, I.; CHIAVENATO, L.; BAZZOLA, C. Gestão de Pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2025.

Acerca das características das equipes de alto desempenho (Chiavenato; Chiavenato; Bazzola, 2025), faça a associação entre a coluna 1 e a coluna 2, indicando a sequência CORRETA.

Coluna I

- (1) Alinhamento de objetivos;
- (2) Diversidade de competências;
- (3) Liderança dinâmica;
- (4) Abertura à comunicação;

Coluna II

- () Um ambiente que favorece a transparência, em que os membros se sintam seguros para expressar suas ideias e preocupações;
- () Uma comunicação clara ajuda a garantir que todos trabalhem na mesma direção;
- () Liderança que promove a autonomia e a responsabilidade, podendo contribuir com o empoderamento dos colaboradores para se engajarem plenamente nas atividades;
- () Conjunto equilibrado de habilidades e experiências;

A alternativa CORRETA é:

- a) 4 - 3 - 1 - 2
- b) 2 - 1 - 3 - 4
- c) 3 - 2 - 4 - 1
- d) 1 - 2 - 4 - 3
- e) 4 - 1 - 3 - 2

46. De acordo com o Art. 7º do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 (Brasil, 2019), as unidades de gestão de pessoas responsáveis pela elaboração, pela implementação e pelo monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), realizarão a gestão de riscos das ações de desenvolvimento previstas, cujas etapas correspondem às definidas abaixo, EXCETO:

- a) Identificação dos eventos de riscos;
- b) Avaliação dos riscos;
- c) Definição das respostas aos riscos;
- d) Implementação de medidas de controle;
- e) Elaboração de plano de contingência para os riscos identificados.

47. “Para fazermos qualquer coisa que quisermos ou tenhamos que fazer, como produzir um bem ou um serviço (e a rigor até na vida pessoal), necessitamos construir um processo, isto é, um conjunto de elementos que possam guiar-nos com certeza entre o início do trabalho e seu final, de forma a começarmos e terminarmos sem desvios o que temos que fazer, alcançando nossa meta ou objetivo”.

CRUZ, T. *Sistemas, Métodos & Processos: administrando organizações por meio de processos de negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

Conforme Cruz (2014), os processos que dão apoio aos processos primários e aos processos secundários das organizações e que são conhecidos como processos de suporte são:

- a) Processos industriais de manufatura.
- b) Processos industriais de serviços.
- c) Processos de projetos.
- d) Processos administrativos.
- e) Processos latentes.

48. “Tornou-se, então, importantíssimo o desenvolvimento de outro tipo de produto: criou-se o conceito de qualidade como a conformidade às necessidades latentes, ou seja, produtos que atendem às necessidades dos clientes antes mesmo de eles terem essa consciência. Se uma empresa conseguir identificar as necessidades latentes de um mercado e satisfazê-las, funcionará durante um período relativamente curto, como um monopólio, podendo, portanto, praticar preços elevados e obter alta rentabilidade”. Diante disso, “as ferramentas da qualidade são um primeiro passo para a melhoria da lucratividade do processo por meio da otimização das operações”.

LOBO, R. N. *Gestão da qualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Érica, 2020.

Acerca das ferramentas de gestão da qualidade (Lobo, 2020), associe corretamente os itens da Coluna I com a Coluna II e indique a ÚNICA alternativa com a sequência CORRETA:

Coluna I

- (1) Ciclo PDCA.
- (2) Folha de verificação.
- (3) Diagrama de Pareto.
- (4) Diagrama de causa e efeito.
- (5) *Brainstorming*.

Coluna II

() Corresponde a um impresso no qual os itens a serem analisados já estão dispostos, de modo que os dados possam ser coletados fácil e concisamente.

() Método que visa identificar e organizar as atividades de um processo de solução de problemas de modo a garantir, de maneira eficaz, o desenvolvimento de uma atividade planejada.

() Corresponde a um método que parte do pressuposto de que um grupo gera mais ideias do que os indivíduos isoladamente para a resolução de problemas.

() Foi desenvolvido para representar a relação entre o problema ou situação e todas as possibilidades que podem contribuir para sua ocorrência.

() Corresponde a um gráfico de barras que classifica os dados de um problema por ordem de importância, de modo a estabelecer prioridades de ação corretiva.

A alternativa CORRETA é:

- a) 1 - 2 - 3 - 4 - 5
- b) 2 - 1 - 3 - 5 - 4
- c) 2 - 1 - 5 - 4 - 3
- d) 1 - 2 - 5 - 4 - 3
- e) 2 - 1 - 5 - 3 - 4

49. “A decisão de estocar ou não um determinado produto dependerá muito de sua particularidade quanto à sua complexidade ou facilidade de aquisição. O dimensionamento de um estoque de forma adequada e o conhecimento das particularidades dos produtos, por parte da equipe responsável pelo ressuprimento, é um fator

de grande importância para qualidade no nível de serviço no atendimento ao cliente, seja ele interno ou externo”.

NOGUEIRA, Amarildo de S. *Logística Empresarial*, 2. ed.. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

No que se refere aos tipos de estoques (Nogueira, 2018), indique (V) para as assertivas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS. Posteriormente, indique a sequência CORRETA.

() O estoque de matérias-primas requer alguma forma de processamento para ser transformado em produto acabado. A utilização é diretamente proporcional ao volume de produção.

() Os estoques de materiais de embalagem estão relacionados com os materiais que fazem parte da montagem de conjuntos ou subconjuntos de produtos.

() Nos estoques de materiais para expediente constam os materiais também conhecidos como itens improdutivos.

() Estoques de produtos em processo compreendem os produtos que sofreram um processo de transformação e estão prontos para ser vendidos.

() No estoque de ferramentas estão inseridos todos os itens não regularmente consumidos pelo processo produtivo e que são os componentes utilizados para a manutenção de equipamentos.

A alternativa CORRETA é:

- a) F - V - V - F - V
- b) F - V - F - V - V
- c) V - F - F - F - F
- d) V - F - V - F - F
- e) V - V - V - F - F

50. Após definir seus objetivos estratégicos, uma empresa identificou as competências necessárias para alcançá-los e mapeou as disponíveis entre seus empregados, o que revelou lacunas preocupantes. Guiada pelo conceito de gestão por competências, a direção concluiu que o recrutamento e a seleção constituem o único meio possível para preencher as lacunas.

Considerando a gestão por competências, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A conclusão está correta porque lacunas de competências requerem contratação de novos profissionais.
- b) A conclusão está incorreta porque lacunas de competências podem ser preenchidas por recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento e/ou gestão de carreira.
- c) A conclusão está correta porque treinamento e desenvolvimento são usados após o preenchimento das lacunas.
- d) A conclusão está incorreta porque as lacunas devem ser preenchidas pelo desenvolvimento dos empregados atuais.
- e) A conclusão está correta porque o mapeamento de competências internas determina a necessidade de recrutamento e seleção, após identificação das lacunas.